

Os ofícios do têxtil e do vestuário em Guimarães na Idade Média

Joana Sequeira
Lab2PT/IN2PAST, Universidade do Minho
sequeira.joana@ics.uminho.pt

Resumo

Neste artigo, analisam-se algumas das mais antigas fontes históricas que evidenciam a produção de tecidos de linho nas terras de Guimarães. Com base em análises de amostras, procura-se perceber qual o volume de homens e mulheres que se dedicavam às atividades de fiação, tecelagem, tosa e confeção de vestuário. Por fim, vai-se ao encontro de alguns destes mesterais através de breves notícias sobre eventos insólitos dos seus percursos de vida, numa tentativa de dar rosto e voz àqueles que contribuíram para tornar Guimarães num dos principais centros de produção têxtil no Portugal medieval.

Palavras-chave: Têxtil, Linho, Tecelagem, Alfaiate.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), no âmbito do Projeto MedCrafts – Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV, Ref.^ª PTDC/HAR-HIS/31427/2017. Joana Sequeira é Investigadora Auxiliar do Laboratório de Paisagens, Património e Território da Universidade do Minho, com um contrato financiado pela FCT (2020.02528.CEECIND). 37

1. Guimarães, terra de linho

Não é novidade o facto de a terra vimaranense se ter destacado ao longo dos séculos pela produção de tecidos de linho, que ainda hoje adquirem notoriedade, não fossem eles a base sobre a qual assentam os típicos bordados de Guimarães.

A planta do linho, tanto na sua variante *galega* como *mourisca*, tinha ampla difusão no território português durante a Idade Média, sobretudo na zona do Entre-Douro-e-Minho. Apesar dessa profusão nacional, as terras de Guimarães destacavam-se particularmente nessa produção, assumindo protagonismo ainda muito antes da formação do reino português (SEQUEIRA, 2014: 51-52). Um documento do século X, do ano de 950, dá-nos conta da existência de “lenzarios”, isto é, homens que se dedicariam especificamente à tecelagem de lenço, que seria um pano de linho de “extrema finura” (FERREIRA, 1984: 129).¹ Vejamos com mais atenção esse documento:

“Edificavit monasterium in oppidulo
Ranimiri

principis (...). Et ipse rex, ad misericordiam motus, concessit ad ipso monasterio mandamentos de Ave in Avizella per testamentum sicut sunt a nominati (...) cum ingenuos et homines fiscalia fatientes sive et servos quod in colmellos resonat etiam et ingenuatizos sicut scripti sunt in noticias et in agnitione (...). Istos mandamentos quod superius resonant cum homines ibidem habitantes et cum omnes suas hereditates, tam ingenuos quam etiam et fiscalia facientes sive et de casata et incommuniatos seu et scusatos, lenzarios et viniatarios et alio tributo redentes”.²

Trata-se de uma ampla doação de terras feita pelo rei Ramiro II de Leão (r. 931-951) ao mosteiro de Santa Maria de Guimarães, com regras a aplicar aos habitantes, mas que isentava de impostos os “lenzarios” e “vinatarios”, ou seja, produtores de tecido e produtores de vinho. A isenção, por si mesma, é demonstrativa da importância de tais atividades produtivas, que assumiriam certamente um papel económico relevante e que, por isso, interessava proteger. Os “lenzarios” surgem referidos ainda noutros documentos leoneses, um de 1014³ e outro de 1059 (COSTA, 1981: 166). A designação específica de “lenzarios” remete para uma especialização dentro do ofício do tecelão que é, a todos os títulos, bastante precoce. De facto, as várias especializações dentro deste mester apenas se tornariam recorrentes em Portugal nos finais da Idade Média (SEQUEIRA, 2014: 127-128). Esta tradição enraizada do fabrico de panos de linho no termo de Guimarães haveria de se manifestar nos séculos seguintes.

¹ Veja-se uma definição de lenço da terra em Joana Sequeira (2014: 227-230).

² Documento parcialmente transcrito por Avelino Jesus da Costa (1981: 180-81).

³ Documento publicado em *Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Cristum usque ad vicesimum*, vol. 1, 1908: 26.

Já o reino português estava formado e reconhecido pela autoridade Papal, quando o segundo monarca, Sancho I (r. 1185-1211), no seu testamento, datado de 1210, deixava ao seu filho, o príncipe Afonso (futuro rei Afonso II), uns certos “panos meos de Vimaranes”. É curioso verificar que esses panos vimaranenses, que o monarca apelida de seus, são dos primeiros bens que o mesmo faz questão de legar ao seu filho. Vejamos:

“Imprimis mando ut filius meus Rex Donnus Alphonsus habeat Regnum meum cum cellariis e reditibus meis, e CC morabitanos qui funt in turribus Colimbriae e VI morabitanos de Elbora e panos meos de Vimaranes e omnia arca mea e duos annulos qui fuerunt patris mei (...).”⁴

Logo após registar o legado do reino e de algumas quantias em dinheiro, os panos de Guimarães são os primeiros bens não monetários que o monarca escolhe testar, prontamente seguidos de outros objetos pessoais: uma arca e dois anéis que tinham sido do seu pai, Afonso Henriques (r. 1143-1185). A posição destes panos no testamento é reveladora da importância concedida aos mesmos. Sancho estaria, muito provavelmente, a referir-se aos panos de lenço e de bragal que arrecadaria com as rendas dos vários reguengos das terras do termo vimaranense. Tal realidade é-nos confirmada poucos anos depois, já no reinado de Afonso II (r. 1211-1223), através das Inquirições realizadas a norte do rio Mondego, em 1220.⁵

40 Esses documentos revelam-nos, com detalhe, a localização das propriedades régias, bem como as rendas e direitos pagos. Uma grande parte desses pagamentos era feita em géneros, como trigo, vinho, linho, galinhas, cabritos, ovos, entre outros. Ora, a originalidade de uma significativa parte das terras do termo de Guimarães reside no facto de, no caso dos géneros, as listas incluírem também peças de pano. Assim, tecidos de bragal ou de lenço aparecem com muita frequência nos foros e direitos pagos pelos reguengos vimaranenses (Tabela 1). O bragal era um pano de linho grosso, mais rústico, enquanto o lenço, como referido, era um tipo de pano de linho mais fino (SEQUEIRA, 2014: 194, 227). Das 78 unidades espaciais do termo de Guimarães que pagavam rendas ou direitos ao rei, 57 delas, ou seja, 73%, entregava algum produto têxtil (pano ou linho). As rendas em pano podiam ser pagas em peças ou em côvados (1 côvado=66 cm). Alguns autores (CARVALHO, 1941: 14) sugerem que uma peça de bragal teria a medida de sete varas (1 vara = 1,10 metros) e uma peça de lenço teria 14 varas ou 14 côvados. No entanto, na inquirição relativa a São Romão de Arões, especifica-se que dois casais pagavam, de fossadeira, seis bragais de oito côvados (“VI brcales de VIII cubitos”). No total, o rei arrecadava, só no termo de Guimarães, 488,5 peças de bragal, 102 côvados de bragal e ainda 28 peças de lenço, que era um tecido de linho mais fino e de maior qualidade (Tabela 1). Tomando como equivalência a medida indicada na inquirição de São Romão de Arões, as terras do termo de Guimarães entregariam cerca de 2634 metros de bragal, o que é uma quantidade impressionante. Quanto ao lenço, seriam cerca de 250 ou 430 metros, consoante adotemos a equivalência em côvados ou em varas. Destacam-se, no conjunto, as localidades de Sobradelo (hoje Sobradelo da Goma, Póvoa de Lanhoso), São Paio de Figueiredo, São João de Gondar, São Julião de Serafão (Fafe), São Martinho de Conde, São Paio de Riba de Vizela (Vizela), que arrecadavam mais de 100 metros de pano cada. Ressalve-se que esta produção se limi-

⁴ Documento transcrito e publicado por António de Sousa (1739: 18).

⁵ O levantamento das informações sobre as Inquirições de 1220 no termo de Guimarães foi feito através da Base de Dados Regnum Regis: ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.), FONTES, João Luís Inglês, SILVA, Gonçalo Melo, BARCELOS, Hugo Aguiar (colab.) (2005-2008), *REGNUM REGIS - As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223)* [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <https://jlimaiem.fcsh.unl.pt/Unidadeespeciais>

ta às terras regalengas, pelo que a capacidade produtiva da região haveria de ser ainda maior, fazendo dela um verdadeiro distrito industrial *avant la lettre*. De resto, sabe-se também que os panos de bragal integravam as rendas a pagar à Sé de Braga. As várias freguesias do concelho de Guimarães pagavam um total de 228 côvados e 59 peças de bragal (COSTA, 1981: 166).

A somar às peças de pano, em 17 das unidades espaciais, alguns casais pagavam ainda uma parte dos seus tributos ao rei em linho, muito provavelmente num estágio anterior ao da fiação, em percentagens da produção que oscilavam entre metade e um quarto. Embora, na Tabela 1, se apresentem os valores agrupados por unidades espaciais, na maior parte paróquias, é importante referir que as rendas e foros eram devidos por pequenas unidades de terra, quase sempre casais. Cada casal fornecia, normalmente, uma ou duas peças de bragal. Tratava-se, portanto, de uma rede de pequenas unidades produtivas, provavelmente de carácter familiar e doméstico. Destaque-se também que as peças de pano eram devidas muitas vezes em pagamento do tributo de fossadeira, escusando assim os tributários de acompanhar o rei em fossados. A abundância de tecidos de linho e a sua utilização como moeda de troca é também evidenciada noutros domínios. Como demonstra A. L. de Carvalho (1941: 75-76), era comum que alguns vimaranenses afastassem alguns familiares da sua herança, deixando-lhes algumas varas de bragal em testamento.

Informações relativas ao século XVI dão-nos conta da continuidade e vitalidade da produção de linho na região. De acordo com Mestre António, em 1512, a vila vendeu para fora mail de 100 mil varas de pano de linho e de estopa (CARVALHO, 1941: 36).⁴¹

Tabela 1. Rendas e foros pagos ao rei em peças de pano ou em linho nas terras do termo de Guimarães, 1220

Unidade espacial	Peças de bragal	Côvados de bragal	Peças de linho (matéria-prima)
Sobradelo	50		
São Paio de Figueiredo	36		
São João de Gondar	26 (a)	8	1 terço (9 casais)
São Julião de Serafão	26		1 quarto (26 casais)
São Martinho de Conde	25,5		4
São Paio de Riba de Vizela	25	12	não especificado (19 casais)
São Miguel de Negrelos	19 (b)	16	1 terço (4 casais)
Vila Fria	19	16	1 terço (6 casais)
São João de Brito	18	8	10
Tagilde	17		
São Martinho de Candoso	16	22	2
São Martinho de Fareja	16		um terço (8 casais)
Santa Eulália de Nespereira	14,5		um terço (12 casais e campos e vinhas do rei)
São Faustino	12	13	não especificado (5 casais)
Silvares	12	12	
São Cristóvão de Riba de Selho	10		
Santa Maria de Vila Nova de Sande	9 (c)		
São Cosme	9		
Santa Eufémia de Fins	8		

São João de Penselo	8		não especificado (5 casais)
São Pedro de Asorém	8		
São Tomé de Abação	8	16	
Mosteiro de Souto	7		
São Clemente de Sande	7		
São Estêvão de Colgeses	7	53,5	1 terço (11 casais)
Santa Eulália de Riba de Selho	6		1 terço (3 casais)
São Gregório de Entre Ave e Selho	6	10	
São Tiago de Candoso	6	12	1 terço (quintana) e metade (6 casais)
São Torcato	6	4,5	
Santa Maria de Matamá	5		
São Mamede de Vila Cova	4		metade (dois casais)
São Martinho da Portela de Leitões	4		8
São Pedro de Polvoreira	4		3
Santa Cristina de Caíde	3		
São Martinho de Penacova	3		metade (1 casal)
São Romão de Arões	3	48	
São Vicente de Mascotelos	3		
Santa Maria de Corvite	2,5	12	
Santa Cristina de Agrela	2		
Santa Cristina de Arões	2		1 terço (dois casais)
Santa Maria de Gémeos	2		
Santo Adrião de Riba de Vizela	2	2,5	
São João da Ponte	2	6	
São Jorge de Riba de Vizela	2		1 terço (2 casais)
São Tomé de Caldelas	2	3	
Santa Lucrécia junto a São Torcato	1		
Santo Tirso de Prazins	1		
São Cláudio de Riba de Ave	1		
São Lourenço de Riba de Selho	1		
São Lourenço de Sande	1		
São Miguel de Cerzedelo	1		
Santa Cristina de Longos		7	
São Félix de Gominhães			1 terço (1 casal)
São Mamede de Aldão			1
São Martinho de Vila Nova de Sande		36	
São Pedro de Freitas		63	
São Romão		3	
Totais	488,5	102	28

42

(a) Menos um côvado em 6 peças

(b) Menos um côvado em 3 peças

(c) menos um côvado em 9 peças

Fontes: ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.), FONTES, João Luís Inglês, SILVA, Gonçalo Melo, BARCELOS, Hugo Aguiar (colab.) (2005-2008), *REGNUM REGIS - As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223)* [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <https://jlimaiem.fcsh.unl.pt/Unidadeespeciais> [consultado em janeiro de 2023].

2. Ofícios têxteis: números e contextos

Não é possível sabermos o número exato de homens e mulheres que se dedicavam aos ofícios têxteis em Guimarães durante a Idade Média, mas há alguns exercícios que podem ser feitos, sobretudo para o século XV. Com base numa amostragem de documentos provenientes da Colegiada de Santa Maria da Oliveira, entre 1424 e 1451, o investigador Anselmo Rodrigues (2020: 488) refere 48 referências a mesteiros do têxtil e do vestuário: 26 alfaiates, seis tosadores, cinco tecelões e um costureiro. No âmbito dos chamados ofícios mecânicos, o setor do têxtil e do vestuário apenas é superado pelo setor dos couros, com 41 referências no total. Tal como afirma Conceição Falcão Ferreira, “Guimarães parecia dominada (...) nos ofícios, pelos mestres do calçar e do vestir” (2010: 535).

Não obstante, no conjunto de todas as profissões mecânicas, a de alfaiate é aquela que colhe maior número de referências (26), seguida da de sapateiro (22) e de seleiro (11). Se sistematizarmos os dados coligidos por Maria José Ferro Tavares (1984: 513-523), relativos exclusivamente aos mesteiros judeus, entre 1440 e 1455, verifica-se que Guimarães totaliza oito referências a alfaiates e 12 a gibeteiros (alfaiates especializados no fabrico de gibões) que a coloca em segundo lugar no conjunto das localidades do Entre-Douro-e-Minho, logo a seguir ao Porto (Tabela 2). Este número acentuado de alfaiates sugere, por um lado, que a dimensão demográfica de Guimarães deveria ser das maiores da região e, por outro, que as gentes vimaranenses investiam recorrentemente na confecção de roupas, procurando acompanhar a moda.

Tabela 2. Alfaiates e Gibeteiros judeus no Entre-Douro-e-Minho, 1440-55

Localidade	N.º de alfaiates	N.º de gibeteiros
Porto	10	22
Guimarães	8	12
Barcelos	3	1
Braga	2	3
Ponte de Lima	1	-
Vila do Conde	-	1

Fonte: Tavares, 1984, 513-523.

Muitas vezes, os alfaiates não trabalhavam sozinhos, contratando costureiros, que os auxiliavam na tarefa de coser, libertando assim o mestre alfaiate para o corte dos tecidos, que era uma tarefa que requeria maior perícia e exigia maior responsabilidade. Segundo o regimento dos dízimos da vila de Tomar, de 1457, o alfaiate que tivesse mancabos ou costureiros pagaria mais 25% do que aquele que não os tivesse (15 contra 12 soldos),⁷ o que é demonstrativo do seu maior poder económico, uma vez que, com ajudantes, poderia aceitar um maior número de encomendas. Nos fundos da Colegiada de Guimarães, encontram-se alguns registos relativos a costureiros. Num documento de 1383, servem como testemunhas Pero Domingues e João Esteves, identificados como “custureiros de Geraldo Anes, alfaiate”.⁸ Em 1428, num outro documento, surgem, também como testemunhas, Afonso Gil, alfaiate e Diogo Vasques, “seu costureiro”.⁹ Este mesmo alfaiate surge três anos depois, também como testemunha de um documen-

⁶ O gibão era uma peça que vestia a parte superior do corpo masculino, forrada e enchumada, muito em voga desde meados do século XIV (MARQUES, 1987: 37).

⁷ Documento publicado em *Monumenta Henricina*, Vol. XIII, 1972: 109-112.

⁸ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Colegiada de Santa Maria da Oliveira*, maço 37, n.º 27, PT/TT/CSMOG/DP37/27.

⁹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira*, maço 45, n.º 4, PT/TT/CSMOG/DP45/04.

to, acompanhado por Diogo Vasques e ainda por mais dois costureiros seus: João de Baião e Vasco Peres.¹⁰ Estes exemplos são reveladores das relações de dependência e, conseqüentemente, de uma hierarquia interna do mester. Simultaneamente, demonstram-nos que as oficinas de alfaiates em Guimarães teriam uma dimensão razoável, empregando vários trabalhadores.

O destaque dos alfaiates em Guimarães é também confirmado pelo facto de os mesmos disporem de uma confraria associada ao mester - a Confraria dos Alfaiates - pelo menos desde 1241, situada na rua de Alcobaga (FERREIRA, 2010: 664), que se uniria à Confraria de São Vicente em meados do século XIV, acabando depois por ser anexada pela Confraria do Serviço de Santa Maria (OLIVEIRA, 1998). Tal facto assume particular importância porque se trata de uma das mais antigas confrarias de mester portuguesas (FERNANDES, 2022). Sabemos ainda, pelos estudos de Conceição Falcão Ferreira (2010: 532-536), que os alfaiates se distribuíam por várias artérias da cidade, verificando-se uma especial concentração na rua da Ferraria.

Se o mester de alfaiate era uma profissão indispensável em todas as comunidades do Portugal medieval, uma vez que a maior parte das peças de roupa se confeccionava à medida, o mesmo não se pode dizer dos tecelões, já que uma porção significativa dos tecidos consumidos em território português durante a Idade Média tinha origem estrangeira (FERREIRA, 1984). No entanto, como ficou demonstrado num estudo sobre a indústria têxtil portuguesa, o reino tinha também capacidade de produção de tecidos de lã, linho e seda (SEQUEIRA, 2014). De resto, como já pudemos observar no primeiro capítulo, Guimarães destacava-se desde muito cedo por uma produção de tecidos de linho disseminada por todo o termo. Enquanto os tecidos de linho eram usados sobretudo nas roupas de cama e nas roupas íntimas, as vestes exteriores e as sobrevestes eram feitas maioritariamente de panos de lã.

44 No seu estudo sobre ofícios vimaranenses, Isabel Fernandes e António Oliveira (2004: 163-164) recolheram referências a sete tecelões e duas tecedeiras para o século XV. Os dados coligidos por Maria José Ferro Tavares (1984: 527-539) acrescentam ainda sete tecelões judeus a este número, fazendo com que, neste caso específico, Guimarães se destaque claramente entre todas as localidades do Entre-Douro-e-Minho (Tabela 3). Na verdade, no que ao número de tecelões judeus a nível nacional diz respeito, Guimarães apenas é suplantada pelas localidades de Estremoz (nove referências), Elvas (14) e Évora (16), todas situadas numa região de maior concentração da comunidade judaica e de destacada produção lanígera (SEQUEIRA, 2014: 38-39). No caso vimaranense, contudo, é de supor que a maioria destes tecelões e tecedeiras não se dedicasse tanto à produção de panos de lã, mas sim de panos de linho, tal como era característico da zona há vários séculos. A mais antiga tabela de preços que conhecemos para os tecelões do burgo, datada de 1522, dá-nos conta disso mesmo: todos os panos aí elencados são de linho ou de estopa (CARVALHO, 1941: 22-23; FERNANDES e OLIVEIRA, 2004: 166-167). É de destacar ainda a presença de um tecelão francês no burgo vimaranense em meados do século XV (George Anes)¹¹ Tal facto poderá ser indício de transferência de conhecimentos e processos técnicos, ao mesmo tempo que evidencia a capacidade de a região atrair profissionais estrangeiros especializados.

¹⁰ Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), *Colegiada de Santa Maria da Oliveira, Coleção de Pergaminhos, Confraria dos Tabeliães*, 8-3-2-20, PT/AMAP/ECL/CSMOGMR/001/8-3-2-20.

¹¹ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Coleção de Tabeliães*, 8-4-4-1.

Tabela 3. Tecelões judeus no Entre-Douro-e-Minho, 1440-55

Localidade	N.º de tecelões
Guimarães	7
Ponte de Lima	3
Monção	3
Vila do Conde	1
Porto	1

Fonte: Tavares, 1984: 527-539.

12 AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Coleção de pergaminhos, Confraria dos Tabelaes*, 8-1-1-9; (CARVALHO, 1941, II: 34; FERNANDES e OLIVEIRA, 2004: 163).

13 Arquivo Municipal de Braga, *Armário dos Pergaminhos*, n.º 24. Agradeço à Raquel Oliveira Martins a indicação e transcrição deste

Se as referências individuais nos dão a imagem de uma maior ^{documento}preponderância dos homens em relação às mulheres no mester da tecelagem, noutros contextos, de referências gerais à atividade, a designação adotada surge no feminino, deixando transparecer que este era um mester dominado pelas mulheres. Numa interessante carta do rei D. Dinis (r. 1279-1325), datada de 1308, dá-se conta de uma queixa dos moradores da vila de Guimarães, que acusavam o pretor do rei de proibir uma série de atividades durante a realização da feira da vila do Castelo:

“Dom Dinis pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve. A vós João Gonçalves pretor meu homem morador em Guimarães saude. Sabede que os Juizes e o Concelho dessa vila de Guimarães a mi enviaram queixa que vós lhes faziades muitos agravamentos e ponde defesa que os alfagemes não sangrem nem cercem nem os ferreiros não ferrem as bestas nem os alfaiates nem os sapateiros não cosam nem as mulheres não fiem nem teçam e cada uma das mulheres do segre levades dois ¹²meses de perdizes”.

45

Note-se que, no caso de alfagemes, ferreiros, alfaiates e sapateiros, a referência geral se encontra no masculino, mas, quando se refere as atividades de fiação e de tecelagem, tal aparece associado exclusivamente as mulheres, deixando adivinhar que estas eram tarefas mais associadas ao sexo feminino. Esta é também uma das raras referências à atividade da fiação, que, pelo facto se realizar essencialmente em contexto doméstico, normalmente nos escapa nos registos escritos (SEQUEIRA e MELO, 2012: 7-9). Este documento de 1308 é também interessante pelo facto de nos sugerir a existência de concorrência comercial entre a vila baixa de Guimarães e a vila do Castelo. Tal como esclarece Paulo Cunha (2019: 76), as ações do pretor “teriam sido tomadas ao abrigo da proibição da realização de comércio fora da feira aos da Vila de Guimarães. No entanto, D. Dinis considera o comportamento do seu oficial abusivo e decide que tais atividades não deviam ser impedidas”.

Um outro documento que apresenta a designação do mester no género feminino data de 1455. Na verdade, trata-se de um capítulo especial apresentado pelo concelho de Braga nas Cortes de Lisboa. Queixavam-se os bracarenses de uma determinação que obrigava as tecedeiras a fazer feira todos os 15 dias, alegando que os de Guimarães tinham apresentado um agravo perante tal determinação, conseguindo que a mesma fosse alterada e que as tecedeiras apenas fossem obrigadas a fazer feira uma vez por mês. ¹³ Mais uma vez se confirma que o mester parecia ser dominado por mulheres, o que justificaria a utilização da referência no género feminino. Este testemunho é igualmente importante porquanto nos revela que as tecedeiras eram donas do tecido que produziam e

que elas mesmas vendiam o seu produto ao consumidor final. Embora se identifiquem várias formas de organizar o trabalho têxtil no Portugal medieval, desde a simples encomenda do consumidor até à figura do empresário que domina toda a cadeia produtiva, este testemunho comprova que os produtores de tecido podiam igualmente assumir a liderança do processo produtivo e comercial, assegurando os necessários investimentos (SEQUEIRA, 2014: 145-150).

Os tosadores, que surgem também no número expressivo de seis (RODRIGUES, 2020: 488), eram mesteiros que se dedicavam exclusivamente a aparar a felpa dos tecidos de modo uniforme, para tornar a sua superfície mais homogénea, suave e brilhante (DURÃO, MELO e POLÓNIA, 2001: 120-130). Para o efeito, usavam longas tesouras afiadas. O único tabelamento de preços de tosadores é medieval português relativo a Évora, datado de 1379. A lista inclui 15 tipos de panos e todos eles eram provenientes do estrangeiro (SEQUEIRA, 2020: 849). Também no tabelamento quinhentista dos tosadores vimaranenses, os tecidos referidos parecem ser todos importados (FERNANDES e OLIVEIRA, 2004: 172).

3. Retalhos da vida de tecelões e alfaiates vimaranenses

Infelizmente, os homens dos ofícios mecânicos não deixaram testemunhos escritos próprios e o pouco que conseguimos apurar sobre eles obtém-se, muitas vezes, a partir de referências indiretas. No entanto, alguns – poucos – documentos permitem-nos abrir pequenas janelas sobre o passado e espreitar momentos das vidas de alguns dos homens dos ofícios do têxtil e do vestuário da Guimarães medieval. Naturalmente, foram os momentos insólitos que ficaram registados. Apresentam-se, de seguida, quatro histórias de dois tecelões e de dois alfaiates.

A primeira decorre nos inícios do século XV. O alfaiate Domingos Joanes vinha em viagem desde Chaves, montado numa azémola, quando se sentiu mal e acabou por parar no próprio caminho, junto ao Mosteiro de São Gens de Monte Longo (hoje, Fafe).¹⁴ Tendo em conta o seu estado moribundo, a sua mulher foi chamada ao local e logo ali acorreu, tendo-lhe dado água com açúcar por várias vezes. Domingos Joanes estava deitado num giestal e o seu estado era tal que um abade que aí passava, a caminho de Braga, lhe fizera a confissão. O alfaiate acabaria por falecer ali mesmo. Desconhecem-se as razões da viagem encetada por Domingos Joanes, mas é possível que se devesse a motivos profissionais. O alfaiate poderia estar de volta de uma das feiras do interior do reino, onde os panos importados estavam disponíveis, sobretudo os castelhanos, ou poderia também ter-se deslocado para servir algum cliente.

A história que se segue envolve pessoas e animais, e sucessivas agressões físicas. Tudo começou com o cão de Álvaro Anes, tecelão da freguesia de Polvoreira, que atacou e matou uma ovelha que pertencia ao seu sobrinho, João Esteves. Em resposta, o sobrinho bateu no cão do seu tio e foi aí que a confusão se instalou. O tecelão protestou, condenando a agressão do seu cão, e João Esteves acabou por se exaltar e ferir gravemente o seu tio, dando-lhe “certas feridas com a lança e uma na garganta que lhe cortara a goela e que lançara por ela a vianda”. Naturalmente, João Esteves acabou por ser preso. Apesar do grave ferimento, o tecelão acabou por sobreviver e recuperou totalmente,

¹⁴ Documento transcrito e publicado em A. L. de Carvalho (1944: 78).

razão pela qual o sobrinho apresentou um pedido de perdão ao rei, em 1443, para se poder libertar da pena de prisão. O monarca acedeu, tendo em conta que o agredido estava já recuperado, mas exigiu o pagamento de 400 reais brancos ao condenado.¹⁵

No mesmo ano, o monarca atribuíu perdão ao tecelão João Afonso, morador de Guimarães. O mesteiral andava fugido da justiça havia já dois anos, pelo facto de ter agredido o seu cunhado com uma “ferida pello rosto”. Tal como no caso anterior, pelo facto de o agredido se encontrar já recuperado, sem sequelas, João Afonso pedia perdão ao rei. Há, no entanto, um pormenor interessante. O cunhado até já o tinha perdoado, mas para se poder livrar da pena, João Afonso tinha de pagar as custas do processo. Ora, acontece que o tecelão “era muy pobre e nom entendia de se poder livrar”. Trata-se de um dos raros testemunhos sobre o nível de riqueza de mesteirais do têxtil. Naturalmente, o facto de se encontrar em fuga nos dois anos anteriores contribuiria para a descida dos rendimentos. O monarca acabou por o perdoar, mas ainda assim condenou-o ao pagamento de 500 reais brancos, que João Afonso prontamente saldou.¹⁶

A última história é relativa a um alfaiate envolvido num caso de duplo homicídio. Afonso Gonçalves, morador na vila de Guimarães, era alfaiate e vivia com Rui de Castro, escudeiro de D. Pedro, que o mantinha, dando-lhe “pam, vinho e pano pera seu soporamento”.¹⁷ Tratava-se, portanto, de uma relação de dependência. Não obstante o facto de desempenhar um mester especializado, Afonso atuava como criado de um escudeiro. Em 1464, numa certa noite, por volta das dez horas, Rui Castro chamou os seus criados para que o acompanhassem armados até à sua câmara porque sabia que a sua mulher aí estava com outro homem e queria apanhá-los em flagrante delito para os poder “prender e entregar à justiça”. Os dois criados acompanharam Rui de Castro e confrontaram os adúlteros, mas o escudeiro, em vez de os prender, começou a agredi-los com tamanha violência que os amantes acabaram por morrer. Entretanto, dez anos tinham passado e o escudeiro já se tinha conseguido livrar da sua sentença. Mas o alfaiate, de condição social inferior e dispondo de menos meios para se defender, continuava fugido da justiça, com medo de ser preso, e pedia, entretanto, o perdão ao rei, alegando que não tinha responsabilidades nos crimes cometidos. O monarca não acedeu de imediato, tendo consultado os vários documentos do processo, que identificavam claramente Afonso Gonçalves como “culpado e matador de proposito com Ruy de Castro em as mortes de sua mulher e de Pero Dominguez adúltero”. No entanto, as partes envolvidas no processo já tinham perdoado os crimes, pelo que o monarca acabou também por perdoar, em 1479, mas com uma contrapartida: Afonso teria de cumprir catorze anos de degredo em África, na praça de Alcácer-Ceguer, onde mesteirais especializados como ele eram mais do que necessários.

4. Reflexões finais

Guimarães destaca-se na produção de tecidos de linho já desde os tempos anteriores à fundação da nacionalidade. A documentação medieval evidencia a vocação têxtil da população vimaranense, ao atestar a disseminação de várias unidades produtivas de carácter doméstico e familiar. Embora não tivesse sido possível aferir, com exatidão, o número relativo de homens e mulheres que se dedicava às tarefas de produção têxtil e de vestuário, as amostragens analisadas sugerem que o volume de alfaiates, gibeteiros e

¹⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 27, fólio 76v.

¹⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 27, fólio 71.

¹⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 27, fólio 52v.

respetivos costureiros seria bastante significativo. De igual modo, a profissão de tecelão também alcança particular importância pelo facto de esta ser uma região especializada na produção de panos de linho. As poucas e fragmentárias histórias de vida recolhidas mostram-nos que estes mesterais sofriam com as vicissitudes da vida como outros homens comuns, adivinhando-se, em alguns casos, a relativa pobreza a que estavam sujeitos. Como ficou demonstrado, a produção têxtil era um importante pilar da economia das terras vimaranenses, para o qual estes homens e mulheres dos ofícios contribuíram com elevada mestria, ajudando a construir uma das mais importantes marcas identitárias daquela que era a sua terra.

Fontes

Inéditas

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP)

Colegiada de Santa Maria da Oliveira, Coleção de Pergaminhos, Confraria dos Tabelaes, 8-3-2-20; 8-4-4-1; 8-1-1-9.

Arquivo Municipal de Braga

Armário dos Pergaminhos, n.º 24.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Colegiada de Santa Maria da Oliveira, maço 37, n.º 27; maço 45, n.º 4.
Chancelaria de D. Afonso V, livro 27, fólhos 71, 76v; livro 31, fólho 52v.

48

Impressas

SOUSA, António Caetano de (ed.). (1739). *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Vol. 1. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real.

Monumenta Henricina, Vol. XIII (1972). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Cristum usque ad vicesimum. Vol. 1 (1908-1929). Guimarães.

Bases de dados

ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.), FONTES, João Luís Inglês, SILVA, Gonçalo Melo, BARCELOS, Hugo Aguiar (colab.) (2005-2008), *REGNUM REGIS - As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223)* [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <https://jli-maiem.fcsh.unl.pt/Unidadeespacias>

Bibliografia

CARVALHO, A. L. de (1941). *Os Mesteres de Guimarães. Estudo histórico e etnográfico do linho*, Vol. II. Barcelos: Ministério da Economia.

CARVALHO, A. L. de (1944). *Os Mesteres de Guimarães*, Vol. V. Braga: Instituto para a Alta Cultura, Junta da Província do Minho.

- COSTA, P. Avelino Jesus da (1981). Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI, in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. Actas*, Vol. III. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 135-196.
- CUNHA, Paulo (2014) *As feiras no Portugal Medieval 1125-1521. Evolução, Organização e Articulação*. Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- DURÃO, Susana, MELO, Arnaldo Sousa, POLÓNIA, Amélia (2001). Tosador, in MADUREIRA, Nuno (ed.) (2001). *História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil*, Vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 120-130.
- FERNANDES, Aires Gomes (2022). Unidos pelo labor: As Confrarias dos Alfaiates e dos Sapateiros de Guimarães no século XIV, in MELO, Arnaldo Sousa, SEQUEIRA, Joana (eds.) (2022). *Regulamentação dos mesteres na Idade Média*, Vol. 2. Braga: Lab2PT, 211-227.
- FERNANDES, Isabel Maria, OLIVEIRA, António José de (2004). Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI, *Revista de Guimarães*, 113-114, 43-209.
- FERREIRA, Ana Maria (1983). *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010). *Guimarães: duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM, Universidade do Minho.
- OLIVEIRA, António José de (1998). *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (Séculos XIV- XVI)*. Dissertação de Mestrado em História e Cultura Medievais. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. 49
- RODRIGUES, André (2020). Os mercadores e os mesteres na paisagem urbana do século XV: o contributo da documentação vimaranense, in ANDRADE, Amélia Aguiar, SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) (2020). *Abastecer a cidade na Europa Medieval*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 483-495.
- SEQUEIRA, Joana (2014). *O Pano da Terra. Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: U. Porto Edições.
- SEQUEIRA, Joana (2020). A regulamentação dos ofícios têxteis no mundo urbano em Portugal, séculos XIV-XV, *Mirabilia Journal*, 31-2, 835-872.
- SEQUEIRA, Joana, MELO, Arnaldo Sousa (2012). A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval, *Medievalista online*, 11, 1-26.
- TAVARES, Maria José Ferro (1984). *Os Judeus em Portugal no século XV*, Vol. 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.